

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1705104 - SP (2017/0252447-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : VERA LÚCIA ABÍLIO PINHEIRO
AGRAVANTE : AVELINA MOREIRA DE CAMPOS
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA VICENTE GUARANHA
AGRAVANTE : CELINA FRANCISCO
AGRAVANTE : FREDERICO REIS
AGRAVANTE : PAULO FABIO JACINTO
AGRAVANTE : GENI PACIFICO ANTONIO
AGRAVANTE : IRENE RIGO
AGRAVANTE : CELIA APARECIDA LEANDRO
AGRAVANTE : ZELINDA LISBOA DA SILVA
AGRAVANTE : NELSON FERREIRA CRUZ
AGRAVANTE : FATIMA FRANCISCO GARRIDO
AGRAVANTE : ANTONIA BENNITZ BERNAVA
AGRAVANTE : GERALDO PEDRO DA SILVA JUNIOR
AGRAVANTE : CELINO DANIEL
AGRAVANTE : JOAO JORGE DA CRUZ
AGRAVANTE : VERA LUCIA DOS SANTOS
ADVOGADO : RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - SP398091
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : JAILTON ZANON DA SILVEIRA E OUTRO(S) -
RJ077366

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC/73. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

